

Críticas do Iphan

O superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Alfredo Gastal, criticou a falta de uma legislação sobre cercamentos no Distrito Federal. "À cidade, faltam regras do jogo. No Plano Piloto, ainda existem, mas tudo que sai da área tombada não diz mais respeito ao Iphan, ou seja, a liberdade é maior", afirmou. Gastal propõe discussões com administrações e conselhos comunitários para definição das normas sobre cercamentos.

No caso da Lei 2.111, que também foi considerada inconstitucional, as administrações regionais de Brasília, Lago Sul e Lago Norte aguardam definições do governo local para autorização de projetos urbanísticos cercados. O administrador do Lago Norte, Erivaldo Mesquita, adiantou que não liberará alvará de construção de casas com muros no Setor de Mansões do Lago.

Os cercamentos na região só serão permitidos em lotes que prevêem divisões internas. A Norma de Gabarito (NGB) 161, instituída pelo Decreto 19.876, de 1998, autoriza o fechamento das áreas "com altura máxima de três metros, em todas as divisas". "Só nesses casos eu usaria a NGB como referência. Nos

demais, não haverá aprovação", garantiu. No último dia 27, operação da Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação (Comparques) para afastamento de cercas que invadiam área de preservação flagrou a criação de três tuacanos em cativeiro. Eles estavam numa casa da QL 15.

A administradora do Lago Sul, Natanry Osório, prevê uma longa discussão sobre o caso. Segundo ela, o Setor de Mansões Dom Bosco (SMDB) tem vários exemplos de cercamentos. Boa parte das casas localizadas em condomínios da região tem muros altos e grades. As cercas que protegem as propriedades particulares tomam conta das mansões dos conjuntos 18 a 25. Em alguns terrenos, existem guaritas.

Os donos argumentam que edificações de concreto, ferro e telhas de zinco servem como proteção contra a violência. A funcionária pública Eliana Alves de Almeida Sartori, 48 anos, moradora do conjunto 24, do SMDB, considerou inadmissível a retirada dos muros. "Essa decisão vai causar um ônus para os moradores, além de gerar insegurança. Se tirarem as cercas o risco de assaltos e furtos tende a aumentar", defende a moradora. (GG)